

NÃO À PARTICIPAÇÃO NO

REFERENDO

No tempo do fascismo, o poder não reconhecia qualquer forma de expressão democrática, por mais elementar que ela fosse. As Assembleias que então funcionavam e que eram reconhecidas - lembremo-nos da já "saudosas" Assembleia Nacional - tinham à partida as suas decisões espartilhadas pelas imposições do Poder Político. Poucas foram assim Assembleias que o fascismo reconheceu e carinhosamente protegeu.

Com o 25 de Abril, as Assembleias Democráticas espalharam-se por todo o país. As grandes machadadas disferidas nas estruturas do fascismo foram em grande parte tomadas colectivamente em Assembleias Democráticas: quem poderá esquecer as históricas Assembleias do Movimento das Forças Armadas? Quem poderá esquecer as Assembleias de camponeses que democraticamente decidiram arrancar para a Reforma Agrária, ocupando as herdades abandonadas pelos latifundiários absentistas? Quem poderá esquecer os Plenários de Trabalhadores que, face à sabotagem económica do patronato, tomaram em mãos o destino das próprias fábricas?

Também no movimento estudantil, as decisões que constituem marcos históricos foram, são e serão sempre tomadas em Assembleias Magnas, órgão máximo decisório da sua Associação,

2 O volte-face introduzido na vida política portuguesa com o 25 de Novembro vem-se traduzindo numa impugnação sistemática das decisões tomadas em Assembleias, sem no entanto se pôr ainda em causa a existência legal destas, acto que só poderá ser assumido por um Governo fascista ou fascizante. O método a que se tem recorrido frequentemente é o referendo. O qualificativo atribuído às Assembleias que se opõem às disposições governamentais - direito de oposição reconhecido pelas regras mais elementares da democracia - é o de "selvagem". Assim, são "selvagens" os Plenários que repudiam a reintegração de fascistas saneados, (quer nas empresas, quer nas escolas), são "democráticos" os Plenários que decidem acatar todas as disposições emanadas dos órgãos do poder político constitucional. Porque pretenderia o Ministro que o Plenário da FCTUC, órgão que não reconhece, se pronunciasse sobre a reintegração de saneados, recorrendo que o mesmo problema fosse discutido em Assembleia Geral de Escola, órgão consignado pelo seu decreto de Gestão? A resposta é simples: se um órgão "anarco-populista" se pronunciasse favoravelmente pela reintegração dos professores saneados, o MEIC embandeirava em arco. Se tivesse votado contra, mais uma vez as "minorias activistas", utilizando métodos ilegais, se teriam oposto à legalidade democrática. Há muitas formas de conceber a democracia: esta escapa à nossa compreensão.

Aparece assim o referendo como instrumento que apenas visa pôr em causa as decisões assumidas em Assembleias representativas e autónomas, órgãos máximos decisórios de Associações que a Constituição consigna como independentes e soberanas.

Encontramos já referendos na Faculdade da Economia do Porto. Voltamos a encontrar o referendo na Associação de Coimbra. Tal como os trabalhadores têm oposto às ingerências do poder estatal nos seus órgãos de classe também, os estudantes não aceitam ingerências autoritárias na sua vida associativa. Esta "escandalosa" mistificação da democracia que é o referendo, aponta para uma falsa alternativa: pergunta-se aos estudantes se querem ou não a Universidade Aberta nos termos legais. Cabe aqui perguntar: Quem fechou arbitrariamente a Universidade? Os estudantes querem a Universidade aberta mas uma Universidade que "gananta o direito indeclinável dos estudantes a um ensino que, pelos conteúdos, pelas pessoas e pelos métodos de gestão, fique radicalmente liberta das sequelas do fascismo".

Assim, consideramos que a única resposta correcta ao referendo é não responder. Responder mesmo com a inutilização do boletim de voto é legitimar decisões unilaterais, autoritárias e de clara ingerência no órgão máximo de decisão da AAC, a sua Assembleia Magna.

Reafirmamos o nosso propósito de continuar a luta pela reabertura da Universidade de Coimbra sem fascistas saneados, firmemente dispostos a defender as decisões democráticas das Assembleias Magnas.

Não participo

NÃO PARTICIPES NÃO PARTICIPES NÃO PARTICIPES